

Aos Motoristas

De Serviço Público de Passageiros

4 Outubro 2015
O voto é uma arma!
Usa-o!

Nos últimos 6 anos, os motoristas viram os seus **rendimentos reais caírem brutalmente**, ou foram obrigados a aceitar muito mais trabalho para manter esses rendimentos.

A ofensiva actual contra os rendimentos dos motoristas tem origem nas **sucessivas alterações ao Código do Trabalho** e que implicaram roubos directos no trabalho nocturno e suplementar, nos dias de férias e feriados, e atacaram o direito à contratação colectiva. Um outro elemento importante foi o **aumento da carga fiscal e das despesas sociais dos trabalhadores fruto do acordo PS/PSD/CDS com a troika estrangeira** e dos sucessivos PEC's e Orçamentos de Estado. Os trabalhadores do sector Empresarial do Estado viram os seus rendimentos ainda mais roubados, pois sofreram a aplicação conjunta dos roubos para o privado e para a Administração Pública. A complementar esta ofensiva o patronato lançou-se ainda na tentativa da imposição do **tempo de disponibilidade** (para poder pagar menos por mais trabalho) e na criação de uma **lei do Trabalho no sector Rodoviário** com direitos inferiores aos previstos no Código de Trabalho (que o Governo acabou por não conseguir fazer aprovar).

Se os objectivos mais graves do patronato foram derrotados (ou melhor dizendo, adiados), tal deveu-se à luta dos trabalhadores do sector. Mas ainda assim, é inegável que nos últimos anos **o patronato conseguiu aumentar a exploração do trabalho dos motoristas**, aumentando assim os seus lucros. Simultaneamente, a aprovação do novo Regime Jurídico do Transporte de Passageiros, traz um gigantesco potencial desestabilizador para o sector, ameaçando fazer implodir a maioria das actuais empresas e fazer aumentar muito a precariedade laboral, sendo uma matéria que deve merecer uma maior atenção por parte dos motoristas.

E tudo o que foi roubado aos motoristas, e foi muito, foi para onde? O Governo mente dizendo-nos que esse dinheiro foi para pagar a dívida. Como, se a dívida passou de 96% do PIB em 2010 para 130% em 2014! Aumentou! Então foi para onde? Para a saúde ou para a educação? Como, se cada vez temos menos acesso a esses direitos básicos e pagamos mais para lhes aceder? Esse dinheiro foi pura e simplesmente entregue aos capitalistas e às grandes famílias, fossem portuguesas ou das multinacionais. E é por isso que os mais ricos estão cada vez mais ricos, incluindo alguns dos bem conhecidos exploradores do sector como Humberto Pedrosa.

Um dos factores que deu mais força ao patronato nestes 6 anos (e mais prejudicou os motoristas) foi a existência de uma ampla maioria política na Assembleia da República alinhada, no essencial, com os objectivos de classe do grande capital: uma maioria PS/PSD/CDS, que acabou sempre por aprovar as medidas da política de direita, independentemente dos desacordos que empolam em questões menores. Esta é uma verdade inquestionável, e que os motoristas sentem cada dia que passa: **sentem na carteira, no cansaço, no tempo para a família e para o lazer, na saúde.**

Agora que vai haver eleições, voltam as promessas e as mentiras! E porque prometem e mentem tanto PS, PSD e CDS? **Porque defendem e praticam políticas que servem apenas uma minoria de privilegiados mas precisam dos votos da maioria.** É por isso que a CDU adopta uma postura radicalmente diferente: não fazemos promessas, prestamos contas do destino que demos aos votos que recebemos dos trabalhadores e assumimos compromissos para o próximo mandato. **A prática é o critério da verdade, e a CDU tem orgulho da sua prática consequente, sempre ao serviço do povo e dos trabalhadores:** votámos contra as revisões do Código de Trabalho, contra os Orçamentos de Estado, contra cada roubo; apresentámos propostas concretas, que naturalmente foram chumbadas porque serviam os interesses do povo e dos trabalhadores; denunciámos na Assembleia o empobrecimento, a degradação da segurança operacional, o aumento da repressão, do medo e da precariedade; alertámos os trabalhadores e as suas ORT's das implicações e consequências de cada medida e atendemos às suas justas reivindicações.

Na próxima Assembleia da República, que é o que o voto dos portugueses vai eleger, travar-se-ão importantes combates. Alguns de importância vital para os motoristas. **Dar mais força à CDU é o único voto que te é útil!**

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Quando os patrões começaram a tentar impor o tempo de «disponibilidade» para conseguir mais trabalho por menos custo, foi a voz do PCP que se ergueu na Assembleia da República, nomeadamente através do projecto de resolução 1020/XII de Abril de 2014, que pode ser lido na integra na web do Parlamento:

«Recomenda ao Governo que cumpra e faça cumprir a contratação coletiva no sector dos transportes rodoviários de passageiros

(...)

Com este expediente (tempo de disponibilidade) as empresas pretendem ter os trabalhadores às suas ordens durante mais tempo sem pagar mais. O patronato pretende alargar e flexibilizar o horário de trabalho, diminuir a retribuição mensal, deixar de pagar trabalho noturno, deixar de pagar o abono da segunda refeição e reduzir postos de trabalho e evitar as coimas previstas no Código do Trabalho, relativas ao excesso de horas de trabalho extraordinário.

As administrações das empresas fundamentam a sua atitude pelo Decreto-Lei n.º 237/2007, de 19 de Junho, que «regula determinados aspetos da organização do tempo

**Não fazemos promessas!
Prestamos contas e assumimos novos compromissos!**

de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário efetuadas em território nacional e abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 561/2006».

Ora, este Regulamento estabelece regras especificamente em matéria de tempos de condução e repouso, e não pode ser abusivamente aproveitado para impor alterações de horário de trabalho.

Aliás, importa aqui recordar o objeto formal da diretiva europeia que foi transposta pelo referido Decreto-Lei: «O objeto da presente diretiva é estabelecer prescrições mínimas relativas à organização do tempo de trabalho tendo em vista aumentar a proteção da segurança e da saúde das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário, assim como a segurança rodoviária, e aproximar mais as condições de concorrência.»

Por outro lado, o regime em causa exclui expressamente o serviço regular de transporte de passageiros, cujo percurso de linha não ultrapasse 50 quilómetros. Ou seja, a esmagadora maioria do transporte urbano está fora deste âmbito.

De resto, é uma evidência que o tempo de “disponibilidade” constitui tempo de trabalho para efeitos de retribuição, na medida em que o trabalhador não pode dispor livremente do tempo decorrido nessa situação. É aliás fácil de entender: o trabalhador está disponível para a empresa, e não para a sua família ou para a sua vida pessoal.

(...)

Perante toda esta grave e inaceitável situação, é incontornável responsabilizar o Governo por esta atitude do patronato deste sector, pois tem contado com a sua sistemática cumplicidade e encobrimento.

Os trabalhadores têm desenvolvido nos últimos meses diversas e justas lutas, partindo para a defesa organizada e coletiva dos seus direitos. É exemplo disso mesmo o plenário geral dos trabalhadores da Rodoviária do Tejo, Rodoviária de Lisboa e Transportes Sul do Tejo, que teve lugar no dia 28 de Março, em frente à sede da Barraqueiro, que simultaneamente preside à associação patronal do sector. Na empresa TST, os trabalhadores realizaram recentemente duas jornadas de luta com greves de 24 horas e prosseguem no cumprimento rigoroso das oito horas de trabalho diário.

[O PCP propõe que a Assembleia da República exija do Governo:]

1. Que reponha o primado da contratação e negociação coletiva, fazendo respeitar a contratação existente e terminando com as expectativas patronais de nova imposição unilateral legislativa de carácter “imperativo”.

2. Que faça cumprir de forma efetiva a Legalidade neste sector, nomeadamente através da pronta atuação da Autoridade para as Condições de Trabalho.»

É PRECISO VOTAR!

VOTAR CONTRA ESTE GOVERNO!

VOTAR CONTRA ESTA POLÍTICA!

VOTAR CONTRA OS PARTIDOS DA TROIKA!

DAR FORÇA A QUEM ESTEVE, ESTÁ E ESTARÁ SEMPRE AO LADO DOS TRABALHADORES!

DIA 4 OUTUBRO É PRECISO VOTAR CDU!

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



**Junta a tua à nossa voz!
Junta o teu ao nosso braço!
sector.transportes@dorl.pcp.pt**